

RELATÓRIO

# SEGURA PRA QUEM?

Violência e letalidade  
policial em Florianópolis

**desterro**

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA

**SEGURA PRA QUEM?**  
Violência e letalidade policial  
nas periferias de Florianópolis

Elaboração    **Gabriele Oliveira**  
**Rodrigo Barbosa**

Revisão    **Iraci Falavina**

Fotos    **Rodrigo Barbosa**  
**Warley Alvarenga**

Projeto gráfico    **Bruno Ruthe**

Florianópolis, dezembro de 2025

## SUMÁRIO

NAS FAVELAS DA LHA DA MAGIA **4**

A SITUAÇÃO ATUAL **8**

OS TERRITÓRIOS **9**

REGIÃO CENTRAL **11**

REGIÃO NORTE **15**

CONTINENTE **19**

SUL **21**

AS VÍTIMAS **23**

ÍDADE **23**

RAÇA **25**

A POLÍCIA **27**

A MÍDIA **28**

ESTADO PRESENTE

NA PONTA DO FUZIL **29**

## NAS FAVELAS DA ILHA DA MAGIA

Florianópolis é um dos principais destinos migratórios do Brasil – atualmente, mais de 40% de sua população é composta por migrantes. Entre os motivos que mantêm o fluxo migratório constante e crescente, está a ampla divulgação da capital catarinense como uma terra próspera, segura e repleta de oportunidades.

A questão da segurança se destaca: Florianópolis é considerada a capital mais segura do país. A cidade lidera a lista publicada anualmente pelo MySide, uma corretora imobiliária com sede localizada na capital catarinense.

De acordo com a empresa, o ranking “[Capitais mais seguras do Brasil](#)” é elaborado a partir de dados do Painel de Monitoramento de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde.

Porém, a realidade vivenciada por migrantes e nativos nem sempre condiz com as propagandas do Estado. A suposta qualidade de vida oferecida pela cidade tem um preço alto: Florianópolis possui a passagem de ônibus mais cara do país, com tarifa de R\$ 6,90. Tem também a [segunda cesta básica mais cara](#) do mercado brasileiro, chegando a R\$ 823,11, além do quinto aluguel mais caro do país, com valor médio de R\$ 59,08 por metro quadrado.

Na questão da segurança pública, a percepção de “cidade segura”, divulgada amplamente por diferentes governantes, não é encontrada de forma igualitária em todos os territórios da cidade. Fora dos bairros nobres, onde o metro quadrado é um dos mais caros do país, a realidade é outra.

Por trás dos prédios das principais ruas do centro da cidade – Avenida Beira Mar, Avenida Mauro Ramos e Rua Silva Jardim, existem becos e vielas – territórios onde vivem milhares de pessoas. O mesmo padrão se repete nos extremos da ilha e na área continental: condomínios e prédios de luxo contrastam com as favelas que Floripa tenta esconder.

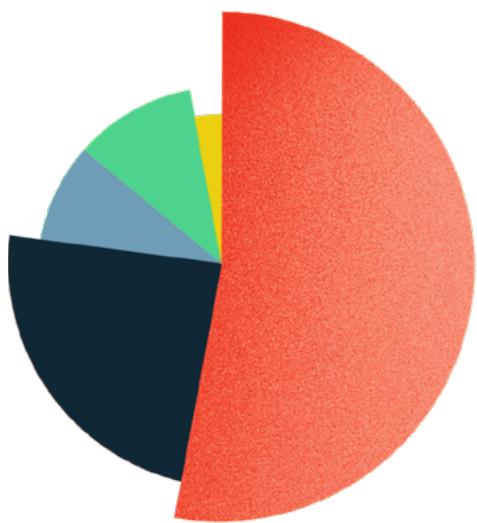
No dia a dia da capital de um estado repleto de estereótipos brancos e europeus, Florianópolis é construída por pessoas negras e pobres que hoje ocupam as frestas entre as fachadas dos prédios. Morro acima, a utopia da Ilha da Magia acaba. A insegurança é uma sensação diária. A violência, em geral, vem do próprio Estado, cuja presença é marcada por políticas de repressão a territórios e corpos marginalizados.

*“Por que aconteceu com o mesmo corpo nesse lugar, e nesse outro lugar, não? Por que as pessoas são mortas quase todos os dias nesse lugar, e no outro, não? Porque é pobre? Mas tem pessoas pobres que não fazem mal. E tem pessoas ricas que fazem mal; e temos vários exemplos que não acontece nada e a pessoa é mais bandido do que aquele cara que fica na boca vendendo droga para receber 100 reais, ou menos que isso.”*

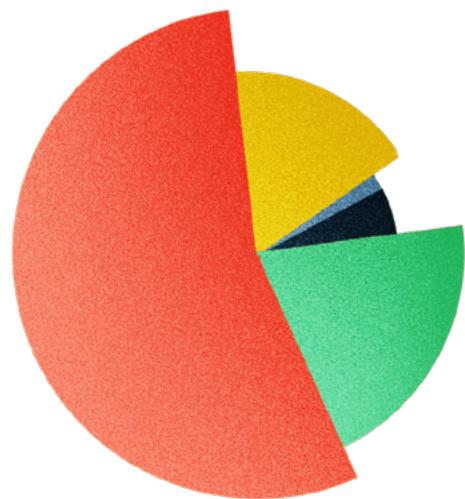


Uma pesquisa de percepção realizada pelo Desterro com 102 moradores de comunidades periféricas de Florianópolis mostrou que a repressão policial é, muitas vezes, a única presença do Estado nas periferias. Mais de 52% dos entrevistados se deparam com a polícia diariamente. Outros 33,3% encontram agentes de segurança, no mínimo, uma vez por semana.

### COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ VÊ POLICIAIS NA SUA COMUNIDADE?



### CASO JÁ TENHA SIDO ABORDADO PELA POLÍCIA, COMO FOI O TRATAMENTO RECEBIDO?



■ MUITO DESRESPEITOSO OU AGRESSIVO	<b>55,6%</b>
■ NUNCA FUI ABORDADO (A)	<b>17,2%</b>
■ RESPEITOSO	<b>5,1%</b>
■ NEUTRO	<b>20,2%</b>

As agressões verbais são as mais comuns durante as abordagens, atingindo 70% dos moradores que relataram já terem sido agredidos por agentes de segurança pública.

*“Vocês não gostam que a gente tá no morro, né?  
Porque vocês são tudo  
mulher de bandido”*

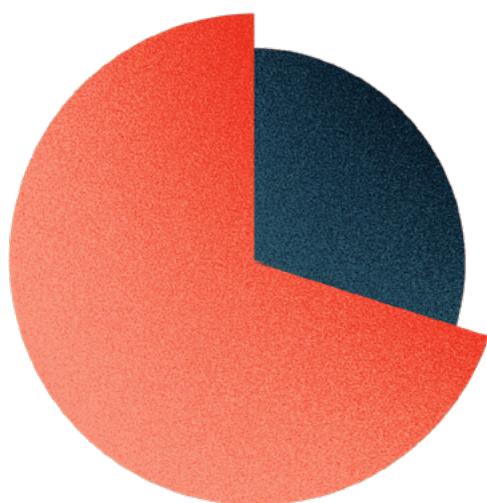
– frase dita por um policial para uma moradora do Maciço do Morro da Cruz

A presença da polícia no cotidiano das comunidades, sob o pretexto de controle do comércio ilegal de drogas, mostra-se ineficaz para interromper estas atividades. O que ela interrompe, na verdade, é a vida cotidiana de milhares de moradores, que têm seu direito de ir e vir cerceado devido ao patrulhamento de dezenas de policiais.

O convívio diário com agentes fortemente armados expõe os moradores a ameaças, desrespeito e ao uso desproporcional da força. Com base nos dados obtidos, 55,6% dos entrevistados receberam tratamento muito desrespeitoso ou agressivo ao serem abordados por policiais.



**CASO TENHA SOFRIDO  
AGRESSÃO, QUAL  
TIPO VOCÊ SOFREU?**



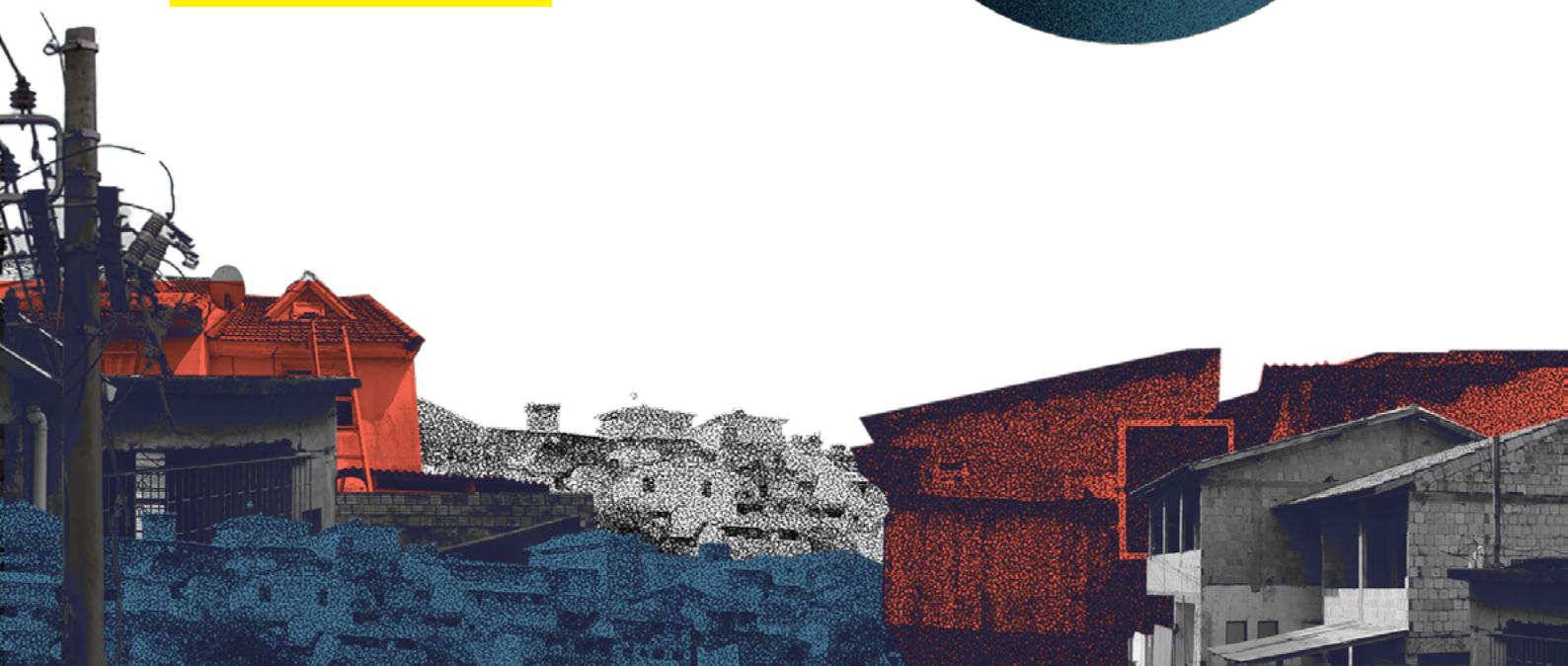
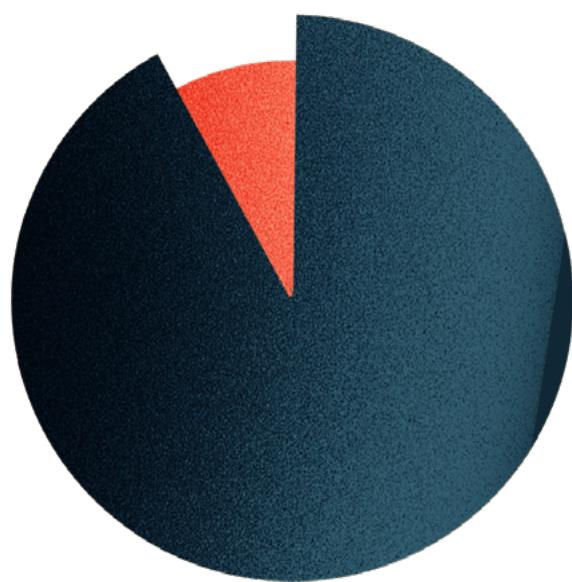
■ FÍSICA 29,8%  
■ VERBAL 70,2%

*"Se hoje eu sair e ficar ali na rua por mais de cinco minutos e passar uma viatura, eu vou pra parede. E isso aí eles acham que é normal. Porque todo mundo acha que preto, que mora em morro, é traficante, tá armado".*

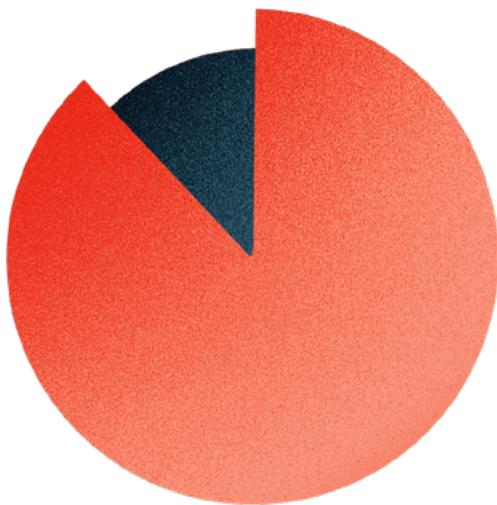
Mesmo aqueles que não foram diretamente atingidos pela truculência policial compreendem a presença das forças armadas como um fator de risco para toda a população periférica. Mais de 92% dos moradores entrevistados relatam conhecer alguém que já foi abordado de forma violenta pela polícia. Além disso, cerca de 88% conhece alguém que já teve sua residência invadida por policiais.

**VOCÊ CONHECE  
ALGUÉM QUE JÁ FOI  
ABORDADO DE FORMA  
VIOLENTA PELA  
POLÍCIA?**

■ SIM 92,2%  
■ NÃO 7,8%

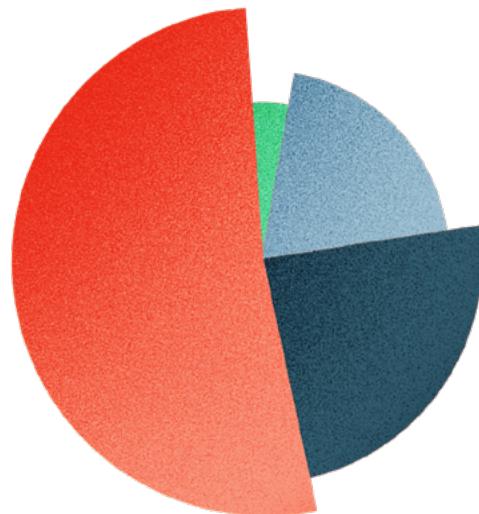


**VOCÊ JÁ TEVE OU  
CONHECE ALGUÉM  
QUE JÁ TEVE SUA  
RESIDÊNCIA INVADIDA  
PELA POLÍCIA?**



*“A gente pede segurança para a polícia, mas a gente não tem segurança da polícia. A gente tem medo da polícia. Essa é a realidade aqui do morro. A gente tem medo. Eles não sobem mais com algema na mão, eles só sobem com fuzil”.*

**COMO VOCÊ AVALIA  
A PRESENÇA E  
ATUAÇÃO DAS FORÇAS  
DE SEGURANÇA NA  
SUA COMUNIDADE?**



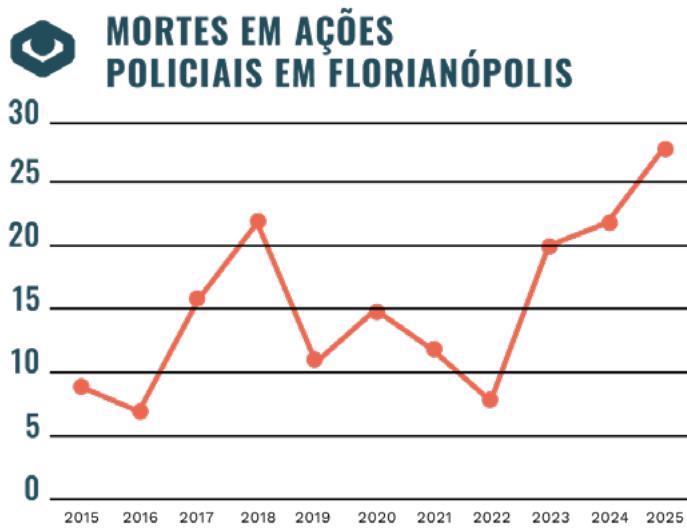
Dos 102 moradores entrevistados, 77,7% consideram a atuação das forças de segurança em sua comunidade “insatisfatória” ou “muito insatisfatória”.

O que, para o Estado, é símbolo de soberania e orgulho, para as comunidades é símbolo de medo, repressão e abandono. Enquanto o governo retrata Florianópolis como uma cidade utópica, onde segurança e qualidade de vida são garantidas a todos, as ruas e escadarias das comunidades periféricas tornam-se palcos de tapas, xingamentos e execuções.

Na capital mais segura do país, pais e mães de jovens periféricos se perguntam, todos os dias, se seus filhos chegarão em casa. Na Ilha da Magia, as favelas também sangram.

## A SITUAÇÃO ATUAL

O ano de 2025 registrou o recorde de letalidade policial em Florianópolis. Até o fechamento deste relatório, a três meses do fim do ano, ao menos 28 corpos foram deixados no chão pela polícia em nossa cidade. O recorde anterior havia sido igualado no ano passado, o que nos mostra um período de crescente letalidade.



Proporcionalmente ao número de crimes violentos praticados em Florianópolis, esse crescimento se destaca de maneira ainda mais evidente. Para isso, é necessário analisar o número de mortes violentas na cidade. Compõem as “mortes violentas intencionais”, além das mortes cometidas por agentes de Segurança Pública, os seguintes crimes: homicídio, latrocínio, feminicídio e lesão corporal seguida de morte.

Até o ano de 2022, a participação policial nas mortes violentas em Florianópolis nunca havia superado os 20%. Isso não significa que o panorama não fosse de violência policial: pesquisadores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública definem a taxa de 10% como o limite que indica “indícios consistentes de uso abusivo da força”. A polícia de Florianópolis ficou abaixo dessa marca em apenas dois anos analisados por este relatório: 2016 e 2017.

Mas foi a partir de 2023 que a situação se tornou especialmente alarmante, com a porcentagem de participação policial nas mortes violentas crescendo mais de duas vezes em relação ao ano anterior. Houve uma leve queda em 2024, mas em 2025, a letalidade atingiu um patamar nunca antes visto. Até o dia 1º de junho de 2025, a polícia havia sido responsável por mais de 50% das mortes violentas cometidas em Florianópolis. Nossa polícia tem matado mais que nossa população.





\* até 01 de junho de 2025



Para as demais informações deste relatório, foram levantados dados de homicídios cometidos por agentes de Segurança Pública na cidade de Florianópolis entre os dias 1º de junho de 2015 e 1º de junho de 2025. Ou seja, parte das mortes ocorridas em 2025 foi utilizada acima para contextualizar o atual panorama da violência policial em nosso território, mas não estará contabilizada nos dados apresentados abaixo.

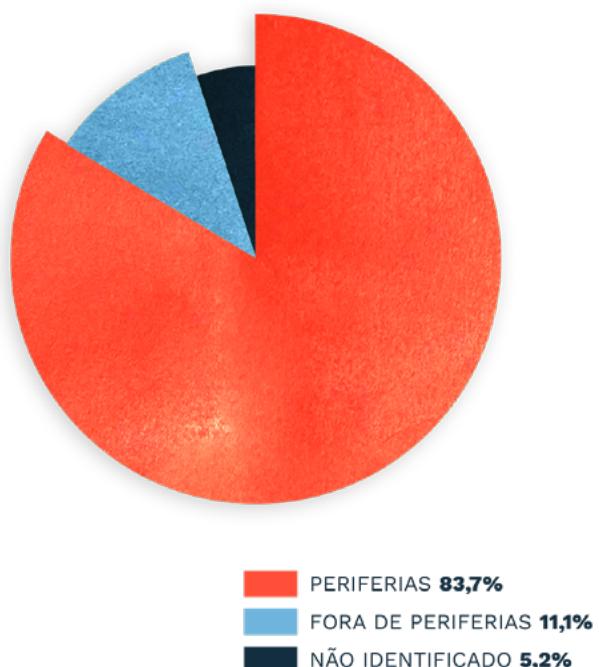
## OS TERRITÓRIOS

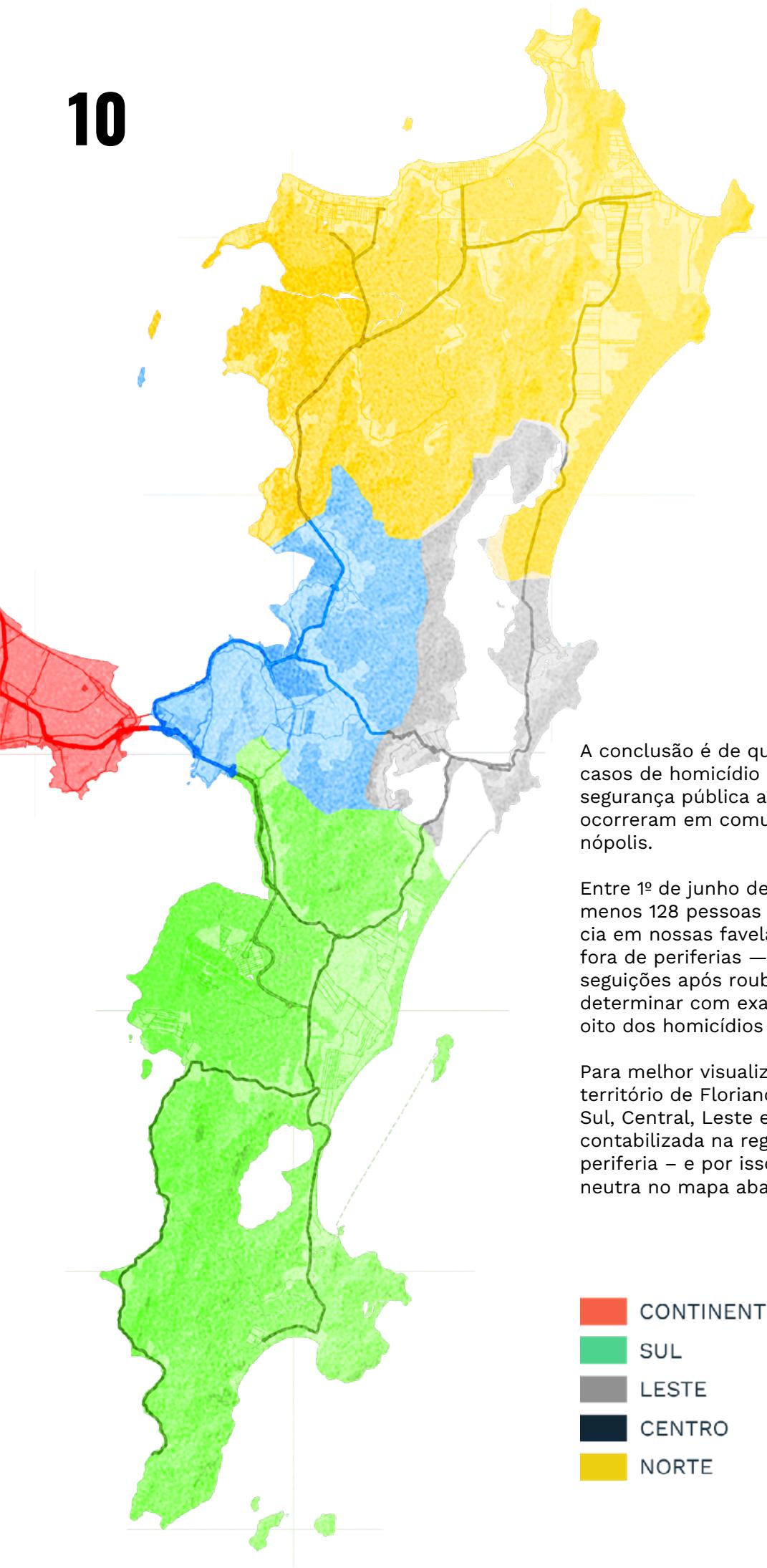
*“Esses bairros não existem. A não ser quando for ação policial ou quando tiver alguma questão social muito grave para eles aparecerem na mídia enquanto parte da cidade de Florianópolis. Se não, eles não existem”.*

Determinar a comunidade onde cada morte ocorreu foi uma das tarefas mais trabalhosas deste levantamento. Os dados obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública informam apenas o bairro de cada ocorrência.

O Centro, por exemplo, possui apenas alguns casos ocorridos no asfalto e mais de uma dezena de mortes em favelas. Por ali, entretanto, estão diversas comunidades: a Nova Descoberta, o Monte Serrat e os morros da Mariquinha e do Mocotó, apenas para citar algumas. O Mocotó também tem casos registrados como ocorridos no bairro José Mendes, onde fica uma das extremidades da comunidade.

Esse panorama se repete em outros bairros, como Ingleses, Cachoeira do Bom Jesus, Capoeiras, Saco dos Limões, Vargem do Bom Jesus e Rio Vermelho. Foram necessárias dezenas de horas de pesquisa e conversas com lideranças comunitárias para determinar as comunidades de cada caso.





A conclusão é de que a periferia sangra. Dos 153 casos de homicídio cometidos por agentes de segurança pública analisados pelo relatório, 83% ocorreram em comunidades periféricas de Florianópolis.

Entre 1º de junho de 2015 e 1º de junho de 2025, ao menos 128 pessoas morreram pelas mãos da polícia em nossas favelas. Outras 17 mortes ocorreram fora de periferias — em sua maioria, casos de perseguições após roubos ou furtos. Não foi possível determinar com exatidão a localidade do crime de oito dos homicídios ocorridos neste período.

Para melhor visualização dos dados, dividimos o território de Florianópolis em cinco regiões: Norte, Sul, Central, Leste e Continente. A única morte contabilizada na região Leste não ocorreu em uma periferia — e por isso, essa região é considerada neutra no mapa abaixo.

- █ CONTINENTE
- █ SUL
- █ LESTE
- █ CENTRO
- █ NORTE

# REGIÃO CENTRAL

Ao menos 51 dos 59 homicídios (86,4%) cometidos por agentes de segurança na região central aconteceram em comunidades periféricas. Desses mortes, 48 se deram no Maciço do Morro da Cruz, o maior aglomerado de favelas da cidade. O Maciço foi palco de 5 dos 11 duplos homicídios registrados no período do relatório.

No mapa a seguir, como nos mapas das outras três regiões, estão indicados apenas os homicídios que aconteceram em comunidades periféricas.

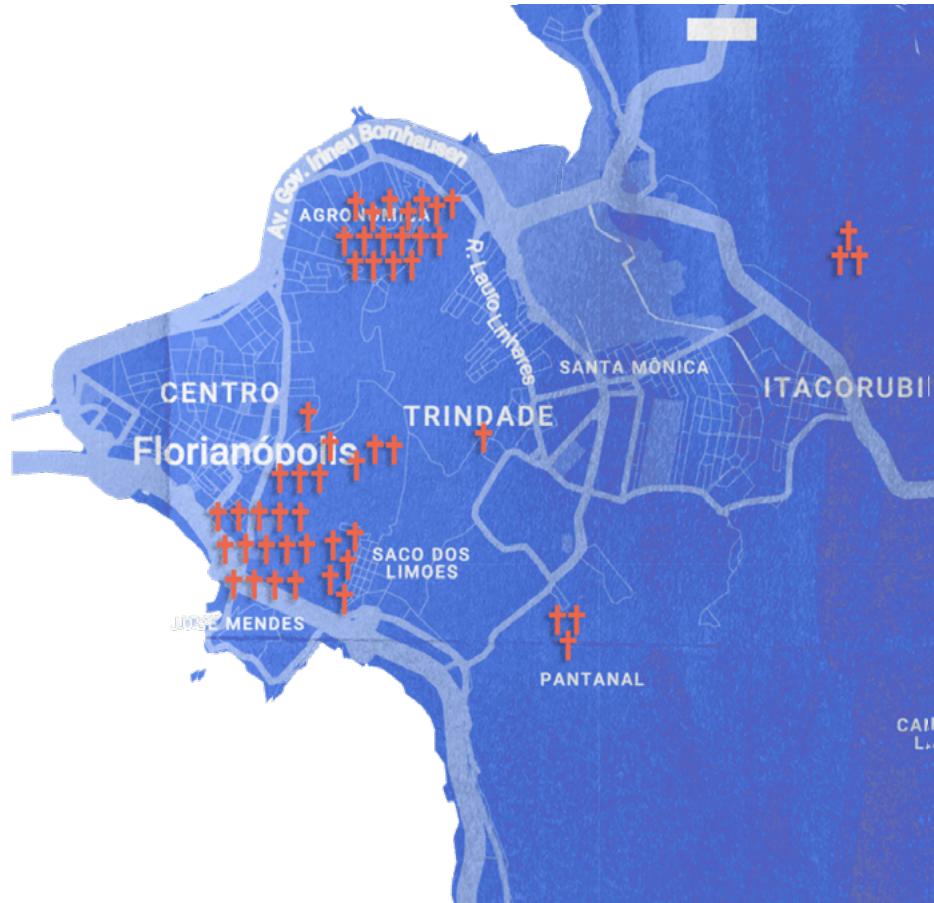
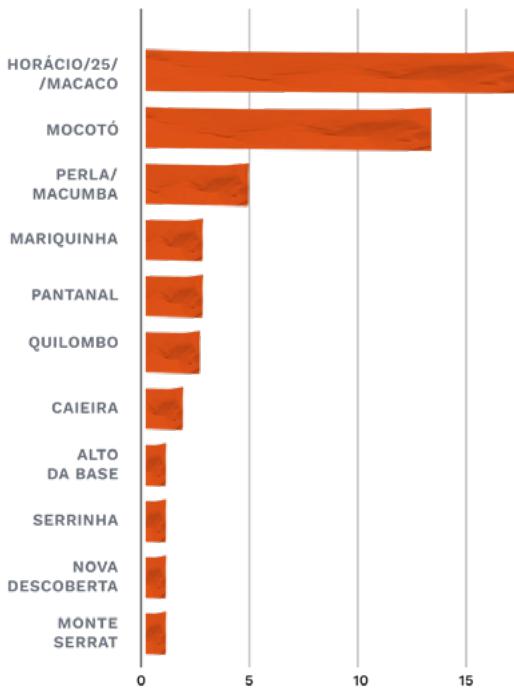
A Agronômica, o bairro com o metro quadrado mais caro da cidade, registrou um dos maiores focos de violência policial na última década. Para além da Casa do Governador e dos prédios de luxo, a região abriga também os morros do Horácio, 25, Macaco e Penitenciária. Por ali, a polícia matou 17 pessoas entre 1º junho de 2015 e 1º junho de 2025.

A maioria dessas mortes aconteceu no Morro do Horácio, a maior favela do bairro, com pelo menos 11 casos. Há três casos mapeados no Morro do 25 e dois no Morro do Macaco – além de outros dois homicídios que ocorreram na região, mas que não foi possível indicar em qual morro. A proximidade entre as comunidades, bem como a existência de dois casos com território indefinido, fez com que elas fossem contabilizadas juntas no levantamento.

Um dos casos mais lembrados pelos moradores do Horácio ocorreu no início do período analisado neste relatório. Fabrício Pires da Rosa, o Bibi, foi morto por policiais do 4º Batalhão em novembro de 2016. Um ano depois, dois policiais da guarnição envolvida foram denunciados pelo Ministério Público por homicídio duplamente qualificado e fraude processual.

## REGIÃO CENTRAL

MORTES POR COMUNIDADE



Isto porque, segundo a denúncia, Bibi estaria rendido no momento de sua morte. Também consta na denúncia que os policiais teriam disparado um tiro com a mão da vítima quando esta já estava morta. Ainda que a peça apresentada pelo Ministério Público incluisse depoimentos de testemunhas, além do Boletim de Ocorrência, o laudo cadavérico da vítima e uma reprodução simulada do caso, os policiais envolvidos foram absolvidos pouco tempo depois. A Justiça aceitou a alegação de que eles teriam agido em legítima defesa.

*"Os policiais tiraram a vida de um pai de família. Abalou toda a família, deixando dois filhos", lamenta um morador que era amigo de Fabrício. Desde então, a presença da polícia se tornou uma constante de medo no Horácio. Mas foi nos anos 2020 que o número de vítimas na região disparou de vez. Um caso marcante foi o duplo homicídio dos jovens Taynan e Wallace, no Morro do 25, em setembro de 2022. Os cinco policiais envolvidos no caso afirmaram, em depoimento, que os disparos ocorreram após os jovens fazerem "menção de sacar armas".*

A tradicional justificativa de legítima defesa apontada por policiais para explicar os homicídios que cometem se repete. O corpo dos jovens contesta essa versão. Wallace levou sete tiros: dois no tórax, um no braço esquerdo, dois na coxa esquerda e dois na coxa direita. Alguns desses disparos foram pelas costas. Outros, pela direção "superior para inferior", o que pode indicar que a vítima estava no chão.

*"Tinha muita polícia na rua, a ambulância estava trancada no meio das viaturas. Não deixaram a ambulância subir. Quando o SAMU entrou no mato, eles desceram sozinhos, sem ninguém. Se eles tivessem deixado, de repente tinha salvado um".*

Havia também lesões no pulmão, nos rins, no diafragma e no estômago, além de hematomas nos testículos e na coxa esquerda. O laudo elaborado pelo Instituto Médico Legal (IML) aponta que Wallace teve o fêmur esquerdo fraturado e diversas escoriações pelo corpo. Todos esses ferimentos, de acordo com a polícia, foram motivados por ações de legítima defesa. Nenhum policial foi ferido na operação.

No ano seguinte, Gabriel (22) foi morto quando ia a uma festa. Levou um tiro na cabeça mesmo que, segundo testemunhas, tenha levantado as mãos ao avistar a guarnição. Em 2024, Pablo (19) foi a última das quatro vítimas das comunidades da Agronômica naquele ano, sendo fuzilado na noite da Consciência Negra. O jovem negro foi atingido por mais de uma dezena de disparos do 4º BPM e também apresentava fraturas e ferimentos por todo o corpo. Pablinho trabalhava na construção civil.

*"Eu vi ele dentro de um caixão todo quebrado, todo desfigurado. Eles não deixaram dar banho no menino. Tanto que o guri tava com a boca toda cheia de barro, com o ouvido cheio de terra vermelha, sei lá o que era aquilo. Nem limpar o menino direito eles limparam, sabe?"*

Dois meses depois, em janeiro de 2025, Lolinha foi morto dentro do próprio quarto, na presença da família. O jovem negro de 20 anos, que havia sido torturado pelos mesmos policiais que o mataram uma semana antes, teve o corpo arrastado após a execução. A ação envolve uma série de denúncias relativas à perícia do caso – além de violência contra moradores e moradoras, incluindo crianças e pessoas idosas.



No Morro do Mocotó, foram ao menos 14 vidas perdidas em ações policiais nos últimos dez anos. Foi no Moca, por exemplo, em que a polícia fez sua primeira vítima após a implementação das câmeras corporais no fardamento da PM, em julho de 2019. Quando Shilaver, jovem negro de 22 anos, foi baleado por policiais do 4º BPM, entretanto, a câmera corporal da guarnição envolvida encontrava-se desligada. Por ter ocorrido em um hospital, a morte de Shilaver não é computada pelo governo como uma morte decorrente de intervenção policial. Mas Shila é uma das 153 vítimas cujas histórias compõem este relatório.



*“A forma como a polícia chega dentro do nosso território é de uma violência sem precedentes. Eles taxam a gente como violentos, só que a gente não produz violência. A chegada da polícia acaba trazendo o terror e essas tragédias. E não é só morte. Um sai muito ferido, o outro sai com os braços quebrados, perna quebrada.”*

No pico da pandemia de Covid-19, em abril de 2020, mais cinco corpos foram deixados pela polícia na região do Mocotó. Os primeiros foram Everton (21) e Lucas (20), no dia 10 daquele mês. Os dois jovens negros morreram por politraumatismo após suposto conflito armado com a polícia – Everton levou quatro tiros, Lucas, cinco.

Na “legítima defesa” que matou Everton e Lucas, foram contabilizados 58 disparos feitos com armas de fogo de quatro calibres, todos da polícia. Durante toda a operação, as câmeras corporais dos policiais estavam desligadas. O Ministério Público optou por não indiciar os agentes – e o caso foi arquivado em 21 de outubro de 2020.

Três mortes no Mocotó em menos de vinte dias, somadas a outras duas mortes na vizinha comunidade da Perla, fizeram com que uma manifestação fosse realizada em 4 de maio de 2020. Doze cruzes com nomes, idades e datas das mortes de vítimas da polícia foram cravadas no canteiro central da avenida que fica aos pés do morro. Um telão com imagens das vítimas complementou a manifestação. Novos tiros foram disparados pelo 4º BPM horas após o protesto, que foi organizado pela Frente Juventude Vozes da Favela.

Em 26 de maio, 22 dias após o protesto, a PM voltou a matar. Jonatan Cristhof do Nascimento (24) faleceu após ser baleado nas costas e não

receber socorro médico. A comunidade denuncia que o SAMU chegou a ir ao local, levou dois jovens que foram atingidos por estilhaços, mas não socorreu Jonatan por falta de autorização policial.

O laudo pericial aponta indícios de movimentação da vítima após o processo hemorrágico. Aponta também que não havia digitais de Jonatan na arma supostamente em poder da vítima – que teria sido usada para disparar contra a polícia.

O jovem negro morreu agonizando, chamando pela mãe. A polícia afirmou que teve “problemas técnicos” com a câmera. O Ministério Público decidiu arquivar o caso.

Em 2023, mais uma vez, mortes consecutivas foram registradas no Morro do Mocotó. Em 23 de fevereiro e 23 de março, dois homens foram mortos na mesma região da comunidade — o Mesão, localizado no topo do morro. Ambos casos são alvo de denúncias de emboscadas armadas por guarnições policiais. No segundo caso, o corpo de Antônio — morto em um barranco atrás de sua casa — teria sido arrastado por uma corda amarrada no pescoço morro acima.

*“Abriram ele no tiro. E aí amarraram uma corda no pescoço dele, arrastaram o corpo dele. Isso ele já morto.”*

Comunidade vizinha ao Mocotó, o Morro da Mariquinha abriga a maior galeria de arte a céu aberto do Sul do Brasil e registrou três mortes na última década — uma das quais deixou, inclusive, marcas de fuzil em um de seus murais de graffiti.

Há pelo menos mais um cria da Mariquinha morto pela PM no período do levantamento: Gustavo Brasil, adolescente de 17 anos, faleceu em 26 de setembro de 2023, numa operação na qual as câmeras corporais da guarnição envolvida encontravam-se desligadas.

Gustavo, porém, faleceu na Avenida das Torres, no município de São José, na região metropolitana de Floripa. Sendo assim, ele não consta entre as 153 vítimas deste relatório. Mas sua perda — como a de vários outros jovens que perderam suas vidas na região metropolitana — tem impacto nas quebradas da capital.

Nos morros da região da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Pantanal concentra a maior parte dos registros de óbitos em ações policiais. Vizinho à outra universidade de Florianópolis (a Udesc), o Morro do Quilombo registrou três óbitos e é a única comunidade periférica mapeada na região central com óbitos em ações policiais que está localizada fora do Maciço do Morro da Cruz.





# REGIÃO NORTE

Ao menos 40 dos 51 homicídios (78,4%) cometidos por agentes de segurança na região Norte ocorreram em localidades periféricas. O Papaquara, a Vila União e a Favela do Siri foram os três principais alvos da polícia na última década.

Na Vila União, quase todas as mortes em ações policiais mapeadas datam dos anos de 2017 e 2018 – época em que um conflito entre facções fez disparar o número de homicídios em Florianópolis como um todo (151 em 2017 e 98 em 2018). Mas o conflito então existente nos territórios não significa que as mortes cometidas pela polícia naquela comunidade não tenham envolvido irregularidades.

Deyvid dos Santos, jovem negro de 21 anos, perdeu a vida em uma operação em que policiais cercaram a Vila União por volta das 17h — em horário de saída escolar, em um local próximo à creche da comunidade, colocando as crianças em risco

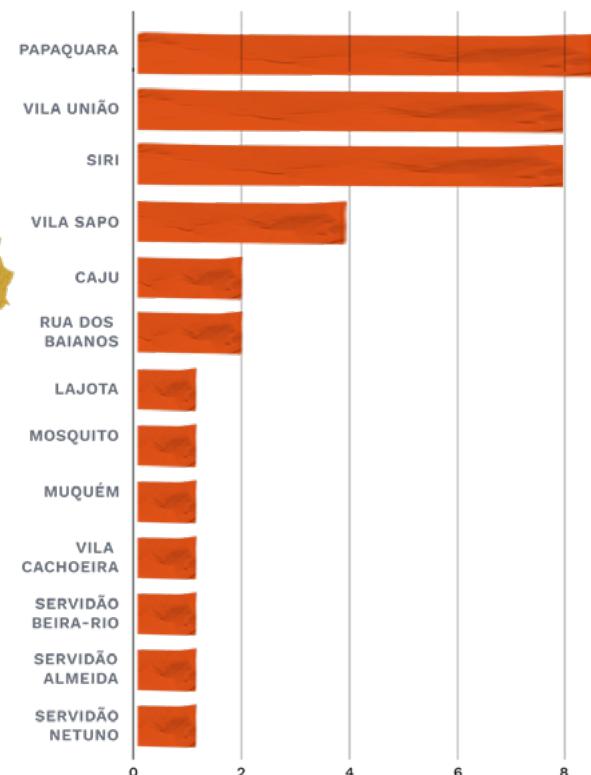
de serem atingidas. A ação violenta gerou revolta em mães e pais da Vila, que protestaram logo em seguida. A manifestação foi violentamente reprimida pela PM. O crime aconteceu em 27 de maio de 2017.

Novos protestos foram realizados no dia seguinte, quando moradores – em sua maioria crianças e mulheres – seguravam cápsulas deflagradas pela polícia na tarde anterior e usavam camisas brancas com a foto de Deyvid. Além da execução, denunciavam também invasões a uma série de residências da Vila. O protesto foi mais uma vez reprimido pela PM, que havia fechado as entradas da comunidade naquela manhã.

Um mês antes da morte de Deyvid, Júlio César, jovem negro de 22 anos, também foi morto pelo 21º BPM na mesma comunidade. O caso também gerou manifestações por parte dos moradores e mais

## REGIÃO NORTE

MORTES POR COMUNIDADE



Em um caso ocorrido em região periférica no Continente, não foi possível identificar a comunidade exata

violência da polícia, que utilizou balas de borracha. Na época do crime, a Polícia Militar relatou à mídia comercial que a única condenação da vítima era um termo circunstanciado por desobediência de trânsito.

Também chama a atenção o fato de as investigações no local da morte de Júlio César terem sido iniciadas pela própria PM, e não pela Polícia Civil. O material supostamente apreendido sob posse da vítima na Vila União passou antes pelo 21º Batalhão da Polícia Militar, sendo entregue ao Instituto Geral de Perícias apenas no dia seguinte.

Na comunidade vizinha, o Papaquara, a matança promovida pela polícia começou pouco depois da Vila União, mas continuou bastante constante nos anos 2020. As vítimas desse território apresentam perfil essencialmente jovem: todas as nove pessoas mapeadas por este levantamento tinham entre 18 e 27 anos. Entre as três vítimas cuja localidade não foi determinada, mas que poderiam pertencer ao Papaquara pela descrição do bairro da ocorrência, apenas uma delas tinha mais de 30 anos de idade.

No Siri, Gabriel Piazzolli (19) foi morto com um tiro no coração em maio de 2025. Segundo a comunidade, policiais encapuzados do 21º BPM chegaram atirando à noite pelas dunas que cercam a favela, atingindo o jovem quando este procurava um lugar iluminado para se abrigar dos disparos.

Foram pelo menos dois dias de manifestações pela morte de Gabriel Piazzolli na região. Familiares e amigos do jovem contestavam a versão oficial apresentada pela polícia, que afirmava ter ocorrido uma troca de tiros envolvendo a vítima. Segundo eles, o jovem teria ido a uma festa quando a polícia chegou atirando no Siri.

Como de praxe, as manifestações pedindo por justiça foram reprimidas pela PM. O Batalhão de Choque participou de uma das ações, ferindo vários moradores através de bombas e tiros de borracha. A Corregedoria do 21º BPM disse à mídia comercial, na época do crime, que os policiais envolvidos no homicídio de Gabriel Piazzolli “deveriam provavelmente estar usando câmeras individuais no uniforme”.

Dois anos antes, em fevereiro de 2020, um major do mesmo 21º Batalhão não soube informar a um veículo de imprensa se as câmeras corporais da guarnição que matou Gabriel Keller (20) e Lucas Fogaça (25) na mesma Favela do Siri estavam ligadas durante a operação. Segundo moradores, ao menos 20 tiros foram disparados naquela noite. Além disso, o acesso a uma parte do Siri foi bloqueado pela polícia após o episódio.

A morte causada pela polícia mais recente no Siri foi a de Natanael de Assis. O jovem negro de 19 anos foi morto em abril de 2025, numa operação fortemente contestada por moradores. Segundo testemunhas, Natanael estava desarmado, rendido e ferido quando foi atingido por uma rajada de cerca de dez tiros de fuzil. Este foi mais um caso em que houve violência policial contra moradores que protestaram pela morte do jovem.

A região do Monte Verde, no início do Norte da Ilha, registrou quatro mortes no período, metade delas no Morro do Caju. A comunidade vizinha, a Vila Cachoeira, viu Tininho ser morto por um tiro de fuzil, disparado pelo 21º Batalhão da PM. O jovem negro, de 15 anos, foi atingido dentro da cachoeira que dá nome à comunidade.

Sua morte, porém, não foi imediata – foi, na verdade, o início de uma série de violências. O adolescente permaneceu por pelo menos meia hora baleado na escuridão do riacho. Depois, dentro de um saco, foi retirado do local e levado até a parte plana do terreno, onde aguardou atendimento médico.

*“Botaram ele dentro de um saco preto e jogaram ali na frente do Centro Comunitário”.*

Tininho deixou a Vila Cachoeira mais de uma hora após ser baleado. O trajeto entre sua casa, na Vila Cachoeira, no bairro Saco Grande, e o Hospital Celso Ramos, no centro de Florianópolis, pode ser feito em cerca de vinte minutos por um carro de passeio. A ambulância, que estava sendo seguida por um veículo da família, levou duas horas para fazer este mesmo percurso.

Apesar de a via expressa estar praticamente vazia naquela terça-feira de madrugada, o veículo do SAMU trafegou com a sirene desligada, em uma velocidade abaixo dos 70 km/h. Testemunhas afirmam que a ambulância fez duas paradas no trajeto.

O adolescente de 15 anos chegou ao hospital três horas após o tiro de fuzil atingir a lateral de sua cabeça – e faleceu às 10h da manhã do dia seguinte, doze horas após o disparo. Quando partiu, Tininho usava um colar cervical em volta do pescoço e quase toda a cabeça coberta por curativos encharcados de sangue.

**“Deus sabe o que faz. Se Deus escolheu ele para ser um anjo, é porque ele cumpriu o que ele tinha pra cumprir aqui na Terra, né? Sei lá... Tem que tentar pensar assim, que ele tava feliz de ver todo mundo ali homenageando ele, porque dá muita raiva, dá uma revolta...”**

15 anos era também a idade de Douglas, morto na Servidão Almeida – localidade periférica próxima à comunidade do Sol Nascente, também situada na região do Monte Verde, mas que não faz parte de uma favela.

Além da Servidão Almeida, há outras três localidades mapeadas no Norte da Ilha na mesma situação. Embora não sejam parte de uma comunidade, como o Papaquara ou o Siri, tratam-se de áreas periféricas – que demarcam uma transição entre o asfalto e a favela.

A Servidão Netuno, por exemplo, mescla famílias de classe média e classe baixa. Vitor Henrique Xavier da Silva fazia parte do segundo grupo. O

jovem negro e periférico de 19 anos foi morto no quintal de casa enquanto brincava com uma arma de brinquedo.

Encapuzados, dois PMs adentraram a propriedade da família de Vitor sem que houvesse chamado à central da polícia. Sem que Vitor Xavier, sentado em um pufe, sequer soubesse que os PMs haviam invadido sua casa, levou quatro tiros. A arma de pressão de Vitor foi confiscada por um dos PMs – momento em que este alterou a cena do crime.

Os PMs envolvidos na morte de Vitor foram indiciados pelo Ministério Público por homicídio duplamente qualificado. A corporação em que os dois trabalham não viu problemas na conduta dos seus membros: alegaram excludente de ilicitude para arquivar o Inquérito Policial Militar. As últimas atualizações do processo do MP na mídia são do meio de 2023, informando que que Guilherme Palhano, policial que efetuou os disparos, iria a júri popular em 2024.

A morte de Vitor Xavier, que culminou em uma das maiores manifestações contra a violência policial da história recente de Florianópolis, não é oficialmente computada pelo Estado como uma morte decorrente de intervenção policial. Mas Vitor é uma das 153 vítimas cujas histórias compõem este relatório.





A Rua dos Baianos e a Servidão Beira-Rio são as outras duas localidades periféricas mapeadas como não pertencentes a uma favela. No caso da primeira, foram registrados dois óbitos. Na Beira-Rio, a única morte registrada chama a atenção por ter sido cometida pelo 4º BPM, que não é o batalhão responsável pelo patrulhamento da região Norte. Ambas ruas, assim como a Servidão Netuno, ficam no bairro do Rio Vermelho.

Também no Rio Vermelho, há um caso que ilustra como até mesmo casos de violência policial ocorridos fora de comunidades periféricas podem envolver sérias irregularidades. Guilherme Jockyman (30) foi morto em frente à sua casa, ao lado do pai, numa rua de classe média. A vítima estava se recuperando de um surto no momento de sua morte, que também teve denúncias envolvendo o SAMU.

A execução foi registrada em vídeo, no qual Guilherme não aparece portando facas em momento algum – ao contrário do que relataram os policiais do 21º BPM. Ele foi alvejado pelo motorista da viatura, que sequer deixou o veículo para executá-lo.

Mesmo diante de um robusto conjunto de provas contra a guarnição policial, o Ministério Pùblico decidiu arquivar o caso apenas 45 dias após a morte da vítima.

*“Quando eu olho pro motorista, ele já tá apontando para o meu filho de dentro da viatura, sem descer”.*



Ao menos 18 dos 20 homicídios (90%) cometidos por agentes de segurança na região continental de Florianópolis ocorreram em favelas.

Da ponte para lá, o Complexo do Monte Cristo lidera as estatísticas de violência policial. Foram pelo menos 11 mortes entre 1º de junho de 2015 e 1º de junho de 2025, a maioria delas na comunidade Chico Mendes.

O território foi palco, por exemplo, da morte do adolescente Kelvin. Já pai de família aos 16 anos, o jovem deixou esposa e dois filhos ao ser morto pelo 22º Batalhão em julho de 2018. Moradores relatam que ele saiu para procurar emprego nas primeiras horas da manhã, quando a polícia chegou à Chico. Foi levado a um beco por policiais e alvejado sem chance de defesa. Em seguida, teve seu corpo arrastado pelos becos da comunidade.

*“O Monte Cristo virou uma região que, pra polícia, é uma guerra infinita. É muito pesado.”*

Matheus Gabriel da Silva é uma das cinco vítimas deste levantamento que perderam a vida para policiais civis. Ele foi morto em uma operação do CORE, a Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil, em 7 de março de 2024. O caso ocorreu na comunidade da Grotta, também localizada no Complexo do Monte Cristo.

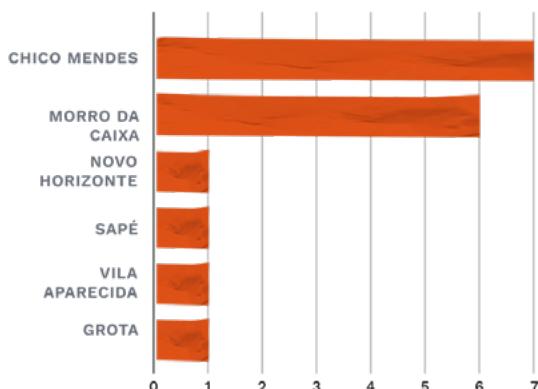
Não há relatos, nem mesmo na mídia comercial, de que Matheus tenha efetuado disparos. O jovem teria corrido ao avistar um delegado, sendo alvejado. Segundo moradores, ele estava desarmado e nada tinha a ver com a operação da Civil. Mais uma vez, a comunidade foi às ruas. Neste caso, os protestos se espalharam por todo o Complexo.

A polícia, desta vez, realizou uma operação inteira para “combater” os moradores. Chamada de “Choque de Ordem”, a repressão durou pelo menos dois dias e tinha como alvo moradores do Complexo que protestavam contra a morte de Matheus. O resultado: uma criança baleada e mais um jovem morto.



## CONTINENTE

MORTES POR COMUNIDADE



Mateus da Silva Nascimento, jovem de 23 anos, perdeu a vida na noite de 9 de março de 2024, na Chico Mendes, durante um protesto pela morte de seu quase xará. A ação policial que resultou na morte de Mateus contou com pelo menos 34 disparos de fuzil por parte da guarnição. Um deles atingiu o peito do jovem, que não possuía antecedentes criminais.

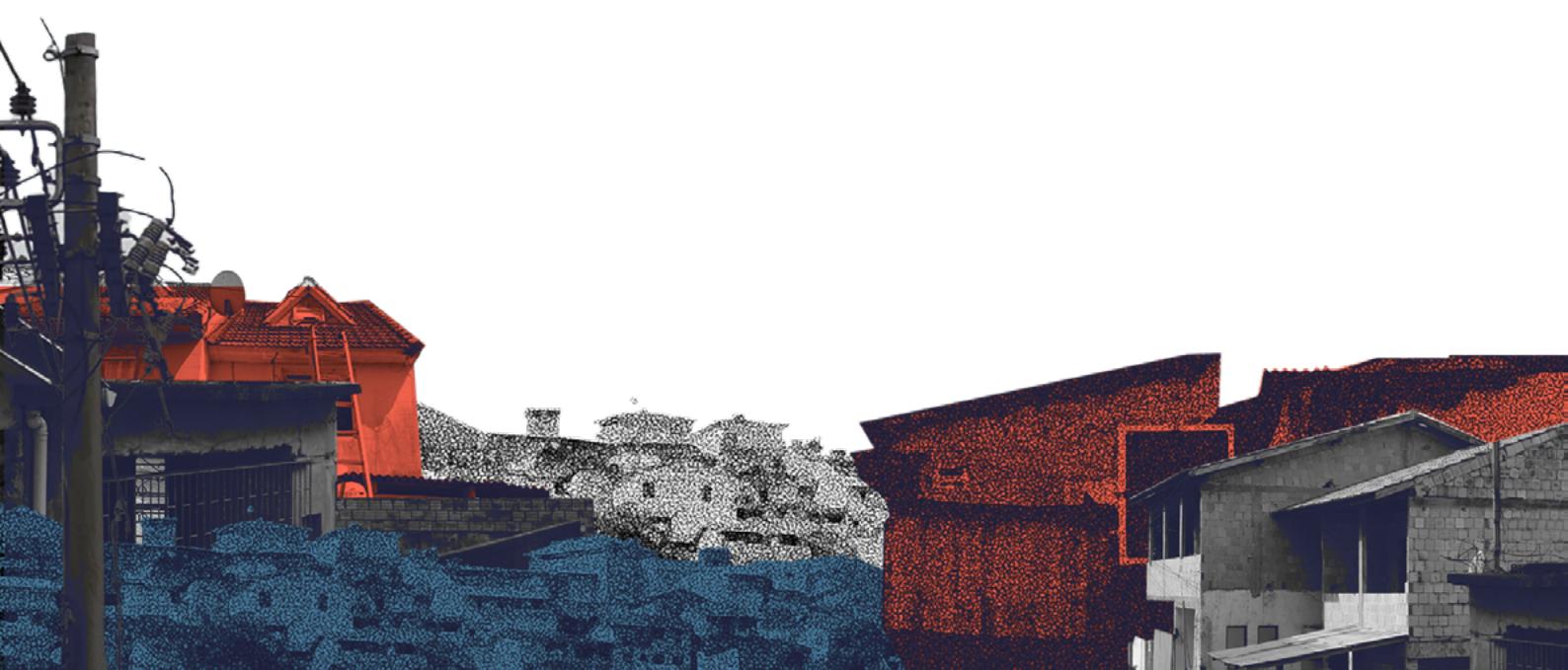
Mateus aguardou atendimento por muito tempo. A Polícia Rodoviária Federal resolveu bloquear a Via Expressa devido à operação da PM, e a ambulância do SAMU, que deveria atendê-lo, ficou presa na barreira. Quando a ambulância chegou até a vítima, ela já estava sem vida e foi levada diretamente ao Instituto Geral de Perícias.

As Polícias Civil e Científica não estiveram na cena do crime. Posteriormente, o perito que examinou a arma que teria sido supostamente utilizada por Mateus naquela noite não soube afirmar se ela havia sido disparada recentemente.

As denúncias envolvendo os homicídios de Matheus Gabriel e Mateus Nascimento foram encaminhadas ao Ministério Público. Desde junho de 2024, corre um Processo Administrativo aberto pelo MP para apurar a violência policial no Complexo do Monte Cristo, incluindo os homicídios de Matheus e Mateus. Uma proposta de audiência pública para debater o mesmo tema foi recentemente rejeitada pela base do governo municipal na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Para além do Complexo do Monte Cristo, houve foco de violência no Continente também na região das comunidades do Morro da Caixa e da Maloca. Separadas uma da outra pela Avenida Governador Ivo Silveira, as duas comunidades foram compunidas juntas no levantamento, pois há pelo menos dois casos de homicídio cujas dinâmicas envolvem ambos territórios.

As operações policiais no Morro da Caixa Continental e na Maloca intensificaram-se, sobretudo após a instalação da sede da Secretaria de Segurança Pública aos pés dessas comunidades, no bairro de Capoeiras, em 2017.



# REGIÃO SUL

Ao menos 19 dos 22 homicídios (86%) cometidos por agentes de segurança na região Sul da Ilha aconteceram em favelas.

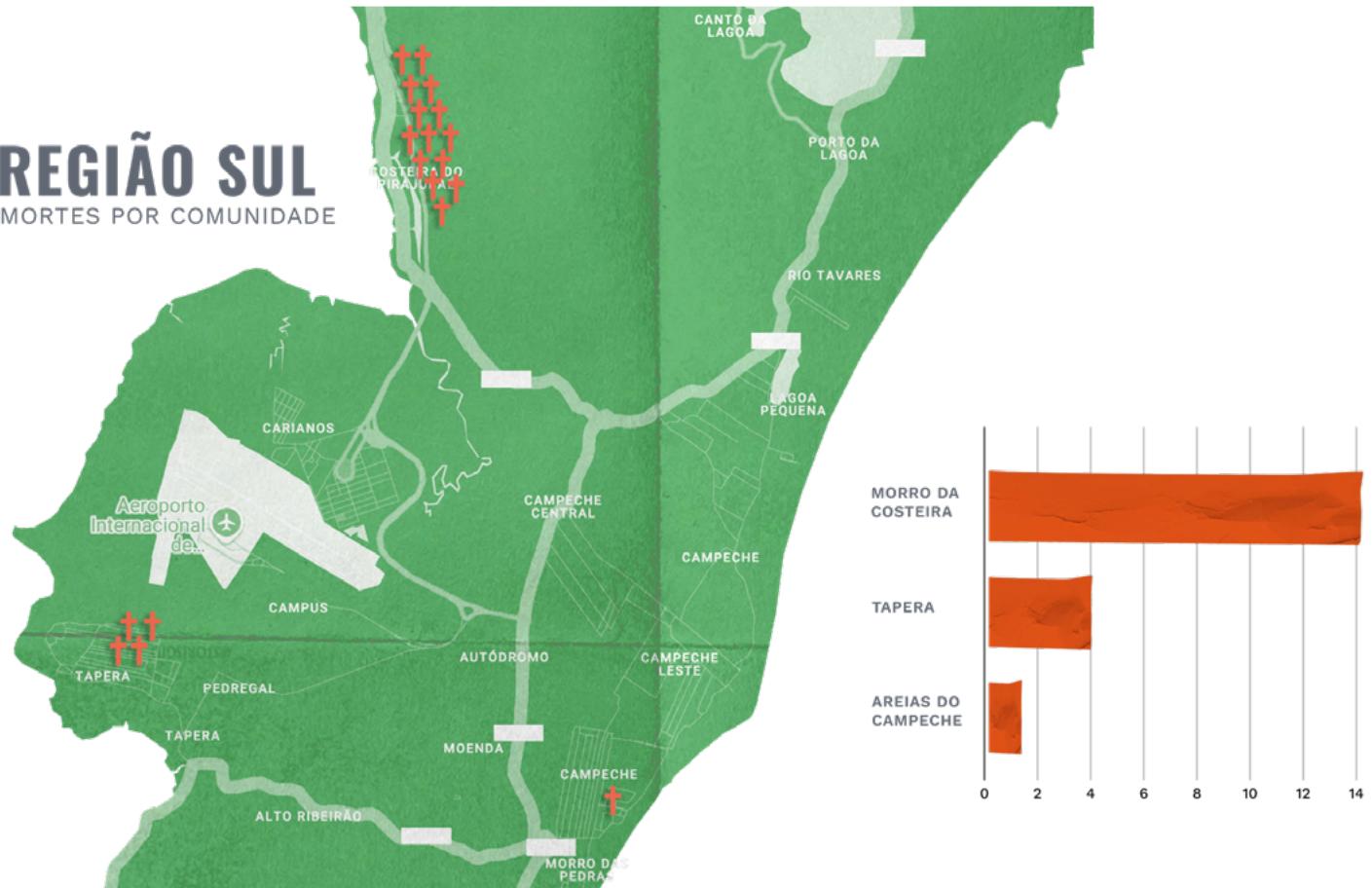
A Tapera registrou quatro casos no período, incluindo um duplo homicídio. Houve também um caso em Areias do Campeche. Já o Morro da Costeira é o território com o maior número de óbitos na região Sul: 14, sendo cinco das vítimas menores de idade.

Solemar tinha 17 anos e origem periférica, mas não era da Costeira. Foi morto pela polícia quando passava por aquele território em janeiro de 2019. Seu corpo foi encontrado em uma galeria de esgoto, 400 metros abaixo do local onde havia sido baleado. O adolescente foi um dos homenageados no protesto das cruzes no Morro do Mocotó, em maio de 2020.

Dutrem tinha a mesma idade de Solemar mas, ao contrário dele, viveu a vida inteira na Costeira. Foi morto em setembro de 2021, numa operação em que não disparou um tiro sequer contra a guarnição do 4º BPM. Um segundo morador da Costeira também foi morto na operação: Luiz Ronaldo, jovem negro de 22 anos, abatido com um tiro no meio da testa instantes antes de Dutrem.

A morte de Vitinho, como Dutrem era chamado pela família, ilustra como a ação violenta da polícia interrompe os sonhos da juventude periférica. O adolescente havia recentemente iniciado sua carreira no rap e era considerado um dos melhores skatistas da Costeira – comunidade que já formou uma série de atletas profissionais da modalidade.

## REGIÃO SUL MORTES POR COMUNIDADE



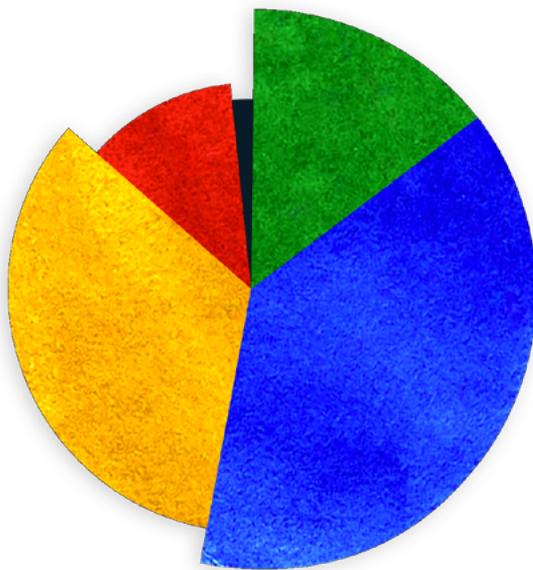
*“O Dutrem era um homem de 17 anos, que aos 13 já levava a irmã para a escola, que fazia comida pro irmão mais novo. O Dutrem era uma criança grande. Ele só queria umas batata frita”.*

A Costeira foi também onde Naninho nasceu e cresceu – mas não por muito tempo. Teve seus sonhos interrompidos aos 12 anos, ao ser atingido por um tiro na nuca em novembro de 2020. Sua execução foi mais uma que gerou revolta, sendo os protestos pela morte de Naninho também reprimidos pela PM.

Antes de morrer, o garoto negro vinha sendo ameaçado por policiais do 4º BPM – que já haviam sido os responsáveis pelo fato de os dois irmãos mais velhos de Naninho também não terem atingido a maioridade. Rack foi morto aos 17 anos, com múltiplos disparos no peito, em 2017. Biro perdeu a vida aos 16 anos de idade em 2019 em uma operação na qual um segundo jovem, de 19 anos, também foi vitimado.

## VÍTIMAS POR REGIÃO

SUL	14,4%
CONTINENTE	13,1%
LESTE	0,7%
NORTE	33,3%
CENTRO	38,6%



## AS VÍTIMAS

*“É quase um controle de natalidade. Se não faz aborto quando tá na barriga, aborta com 16, 17, 20 anos”.*

Naninho é a vítima mais nova de todo o levantamento, mas o perfil das vítimas da polícia em Florianópolis é definitivamente jovem. Cento e vinte e duas vítimas (81,7%) tinham até 29 anos – idade limite definida pelo Estatuto da Juventude para definir uma pessoa jovem. A idade média das vítimas no momento de suas mortes era de 23,9 anos.

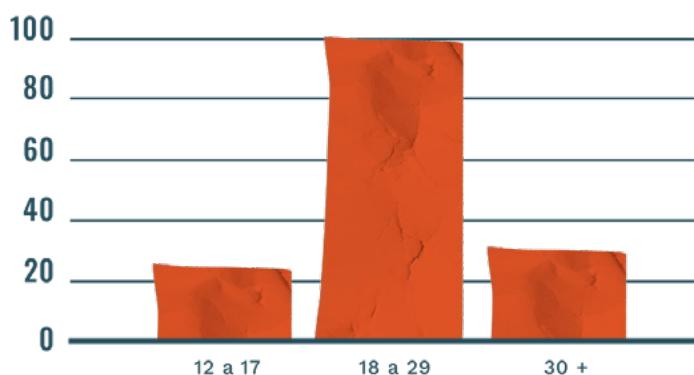
Ao todo, 25 vítimas eram menores de idade – sendo 17 anos a segunda idade mais comum entre as pessoas mortas pela polícia de Floripa: foram 13 adolescentes mortos prestes a se tornarem adultos.

Entre as vítimas de 17 anos, está Nathaniel Alves Mendes, cria do Morro do Mocotó. O adolescente negro foi atingido por dois tiros de fuzil nas costas enquanto já estava caído no chão. A execução ocorreu em setembro de 2021, após ele já ter sido atingido por outros dois tiros.

O assassinato aconteceu numa manhã de segunda-feira, a poucos metros de onde estavam cerca de cem crianças da comunidade naquele momento. Além disso, o Batalhão de Choque ter matado Nathan fez com que mais uma criança periférica já nascesse órfã, já que a namorada do adolescente estava grávida na ocasião. A juventude das favelas não é alvo de violência apenas quando um tiro a atinge de forma direta.



### IDADES DAS VÍTIMAS



*“Nos colocamos à frente das crianças, como escudos. Eles ficavam gritando: Tia, eu tô com medo da polícia! Eles vão matar a gente!”*



A morte de Nathan culminou na realização de uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores, em junho de 2022. O pedido de realização da Audiência só foi aprovado oito meses após sua apresentação, devido à grande resistência dos parlamentares ligados ao governo municipal em debater o tema. Os responsáveis pelas corporações de Segurança Pública não compareceram ao evento.

Os irmãos Marlon (15) e Leonardo (18) foram mortos no domingo de Páscoa de 2020. Marlon foi atingido pelas costas enquanto subia uma escadaria. Leo foi socorrer o irmão mais novo e foi primeiramente atingido na perna, sendo executado em seguida em frente ao portão da casa de um familiar.

Na Favela do Siri, no Norte da Ilha, Victor Rafael tinha 16 anos quando perdeu a vida durante uma operação do 21º Batalhão. Sua morte gerou revolta na comunidade, uma vez que moradores negam que tenha ocorrido uma troca de tiros. Além disso, testemunhas relataram que a polícia teria impedido o acesso do SAMU ao local onde estava o adolescente, impossibilitando seu resgate com vida. O homicídio de Victor Rafael foi um dos casos abordados durante uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) em novembro de 2023.

Tininho (15), vítima da Vila Cachoeira cuja história foi apresentada pouco acima, inicialmente não constava nos dados oficiais do Estado. Ele só passou a ser contabilizado pelo Estado como vítima da polícia na última atualização de nossa base de dados, em outubro de 2025 – mais de seis meses após sua morte e após a publicação de três reportagens denunciando a omissão da morte do adolescente dos dados da Secretaria de Segurança Pública.

Diego tinha 16 anos quando foi morto à queimardupa dentro do próprio quarto, em setembro de 2025, no Pasto do Gado, comunidade localizada no Complexo do Monte Cristo. A execução foi presenciada pelos familiares do adolescente.

Sua morte é posterior ao período do levantamento e, portanto, não faz parte dos dados do relatório – mas é uma evidência de que a violência policial continua sendo praticada para além das datas estabelecidas por nossa equipe para ilustrar o contexto de violência em nossa cidade. Um segundo jovem, de 27 anos, foi morto pelo mesmo 22º BPM que havia executado Diego, três horas depois, também no Complexo do Monte Cristo.

*"Esse CPF a menos, ele já é a menos quando o adolescente aos 8 ou 9 anos não conseguiu aprender por conta das vulnerabilidades que se tinha".*

Vale pontuar que há uma grande diferença no perfil etário entre as vítimas de territórios periféricos e aquelas que morreram no asfalto – sendo as vítimas faveladas, na média, consideravelmente mais jovens.

Nas favelas, 86% das vítimas da polícia eram jovens. Todas as comunidades periféricas com pelo menos cinco vítimas têm maioria jovem. Na Vila União, no Papaguara e na região do Morro da Caixa Continental, por exemplo, todas as vítimas tinham menos de 30 anos. No Maciço do Morro da Cruz, no Complexo do Monte Cristo e no Morro da Costeira, regiões periféricas que concentram juntas quase metade das vítimas deste relatório, essa taxa ultrapassa os 80%.

No asfalto, a porcentagem de vítimas jovens foi de 59%. A média de idade dessas pessoas era de 29,6 anos – mais de 5 anos acima da média geral das vítimas.



## RAÇA

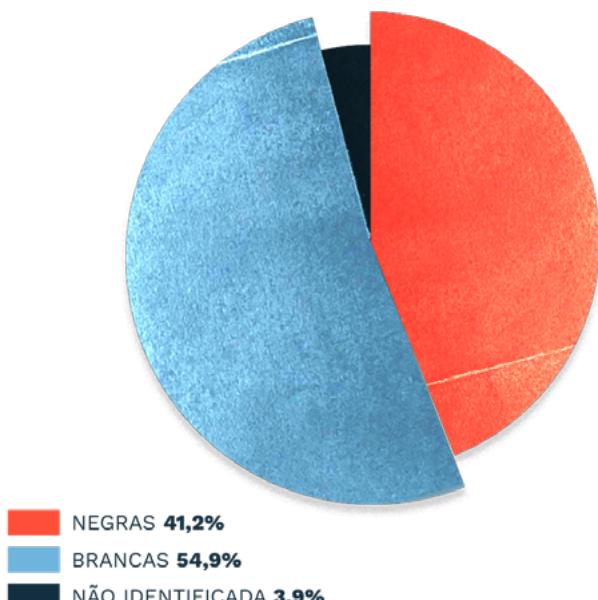
*“A escravidão não acabou, só mudou os personagens. Nós éramos escravos, nos botavam no tronco. Se fugia, apanhava, era marcado igual boi. Hoje em dia, eles usam a lei. Eles vêm aqui, matam nossos filhos, irmãos, companheiros, e nada é feito”*

Florianópolis é a capital mais branca do Brasil. Segundo dados do IBGE, 76,4% da nossa população é composta por pessoas brancas e 23% por pessoas negras. Outras 0,6% são amarelas ou indígenas. Como não há registro de vítimas da polícia identificadas como amarelas ou indígenas, nosso levantamento se concentra em pessoas negras (pretas e pardas) e brancas.

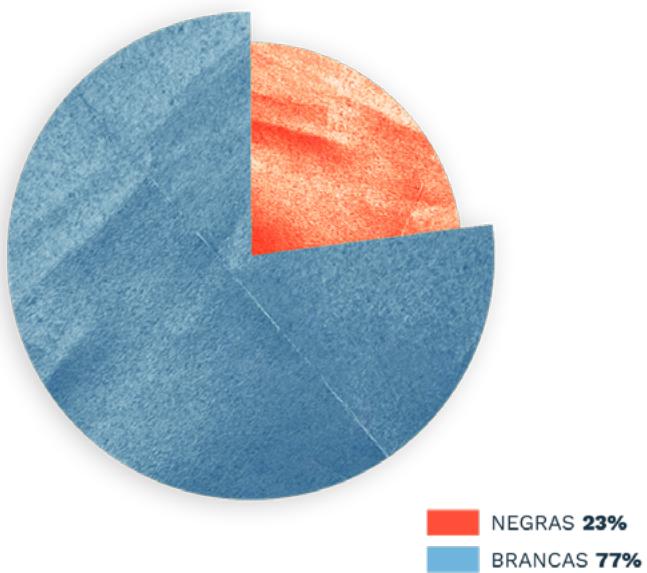
Ao se analisar o recorte racial das vítimas da polícia de Florianópolis, fica evidente que há uma disparidade entre a identidade racial da população e os alvos frequentes da polícia. Apesar de representarem apenas 23% da população, ao menos 41% das vítimas na última década eram negras. Essa porcentagem corresponde a quase o dobro da proporção de pessoas negras na população total da cidade.

Em alguns territórios, essa realidade se torna ainda mais evidente. O Maciço do Morro da Cruz, que concentra 48 mortes deste levantamento, tinha pelo menos metade de suas vítimas negras. A Vila União, no Norte da Ilha, é outro exemplo: apenas uma das oito vítimas do período era branca. Em contrapartida, mais de 75% dos casos mapeados como tendo ocorrido fora de comunidades periféricas de Floripa envolveram vítimas brancas.

## VÍTIMAS DA POLÍCIA



## POPULAÇÃO GERAL



## GÊNERO

De todos os recortes do relatório, este foi o que envolveu exigiu o menor esforço de levantamento. Apenas uma vítima do período de 10 anos analisado pelo Desterro era do gênero feminino: uma adolescente de 17 anos morta na Chico Mendes em fevereiro de 2025. Isso eleva a porcentagem de homens e meninos entre as vítimas da polícia em Florianópolis a quase 100%.

Isto não quer dizer, entretanto, que a violência policial não tenha grandes impactos na população feminina. São as mães, avós, irmãs e companheiras que lidam com ameaças e com a dor da saudade dos que se foram. São também elas que puxam a luta por memória, justiça e reparação das vítimas da polícia.

Em Florianópolis, um grande ato protagonizado por mães de todo o Brasil foi realizado em 16 de maio deste ano. A manifestação fez parte da programação do 8º Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo do Estado. Foi a primeira vez que o evento foi realizado em uma cidade da região Sul, colocando Florianópolis no centro do debate.

Dentre os vários grupos presentes no encontro e na manifestação, estava o MÃES de Desterro. Fundado em 2025, trata-se do primeiro movimento social que traz o protagonismo da luta aos familiares de vítimas do Estado em nosso território.



## A POLÍCIA

É comum que se diga que a polícia do Brasil é “a que mais mata e mais morre”. A primeira parte dessa afirmação se aplica perfeitamente ao contexto de Florianópolis – visto que temos batido recordes consecutivos de letalidade policial.

Mas a polícia manezinha definitivamente não é a que mais morre. Apesar da grande quantidade de supostos conflitos armados anunciados pelas corporações de Segurança Pública, há apenas dois óbitos de policiais registrados entre 1º de junho de 2015 e 1º de junho de 2025. Foram mortos mais de 75 civis para cada policial morto em Florianópolis na última década.

O primeiro óbito policial ocorreu no Morro do Horácio em setembro de 2016. Moradores da comunidade denunciam que, até os dias de hoje, o Horácio sofre as consequências dessa morte, com retaliações constantes – mesmo que o acusado do crime já tenha sido preso. O segundo óbito foi registrado em março de 2022 e aconteceu na Rua dos Baianos, nos Ingleses. O homem responsável pela morte deste policial militar foi morto pela própria PM dias depois.

Em relação à distribuição dos batalhões da PM, a cidade de Florianópolis é dividida em 3 áreas. O 4º Batalhão de Polícia Militar (4º BPM) é responsável pelo patrulhamento de três das cinco regiões da cidade: Central, Leste e Sul. Metade da população de Florianópolis vive na área de cobertura do 4º BPM, ou seja, aproximadamente 250 mil pessoas.

Na área monitorada pelo 4º BPM, foram registradas 82 vítimas de agentes de segurança pública ao longo dos últimos dez anos — 54% do número total de vítimas. Destas, mais de 80% foram mortes cometidas pelo próprio 4º Batalhão. As 70 mortes causadas pelo 4º BPM o colocam como o batalhão mais letal da cidade.

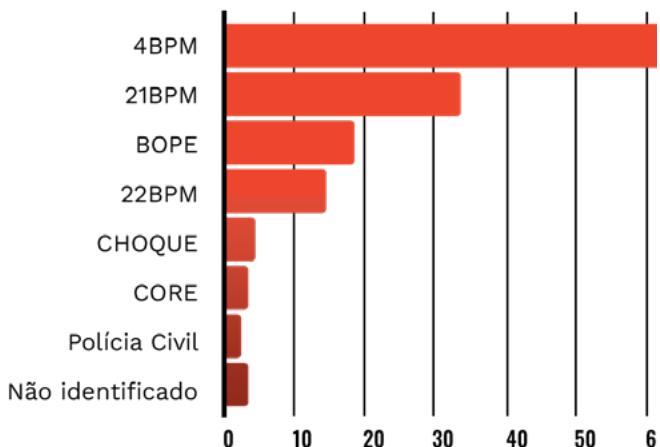
A outra metade da população de Florianópolis é dividida na área de outros dois Batalhões. O Norte da Ilha abriga aproximadamente 150 mil pessoas e é patrulado pelo 21º Batalhão de Polícia Militar. O 21º BPM fez ao menos 33 vítimas no período do levantamento. No Norte, chama a atenção o fato de duas mortes terem sido causadas pelo 4º BPM, que não atua oficialmente na área.

O Continente, lar de cerca de 100 mil pessoas, é responsabilidade do 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM), que fez pelo menos 14 vítimas na última década.

Ao todo, os três Batalhões da Polícia Militar que atuam na cidade de Florianópolis foram responsáveis por, no mínimo, 113 mortes (ou 74%) no período do nosso levantamento. Batalhões efetivamente especializados em operações especiais, como o BOPE e o CHOQUE, registram menos de 15% das vítimas de Florianópolis. Esses batalhões não têm uma área específica, atuando em diversas regiões da cidade. As demais mortes (cerca de 10% do total) foram causadas pela Polícia Civil, policiais fora de serviço ou aqueles que não tiveram a unidade responsável identificada.

Isto evidencia como a violência letal tem sido praticada especialmente por batalhões convencionais da Polícia Militar. Em sua maioria, as mortes decorrentes de intervenção policial em Florianópolis ocorrem nos chamados “patrulhamentos de rotina”. Tratam-se de operações que ocorrem diariamente em comunidades periféricas e que não têm exatamente um objetivo específico, para além de realizar um suposto controle do tráfico de drogas.

A amostragem de mortes causadas pela Polícia Civil em Florianópolis é consideravelmente menor se comparada à amostragem da PM, mas mostra um caminho contrário. Das cinco mortes registradas no período, pelo menos três foram em operações da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE, unidade de elite da corporação).



## A MÍDIA

Para além da violência e da letalidade policial em si, há toda uma estrutura na sociedade catarinense que retroalimenta esse sistema de produção de mortes na periferia. A mídia, especialmente os veículos com maior receita, exerce um papel fundamental nessa estrutura.

Florianópolis possui três veículos de comunicação associados a grandes conglomerados de mídia – três redes de televisão, que também disponibilizam conteúdos no formato digital, e um jornal impresso. Apesar de a sede desses veículos estar localizada no topo do Maciço do Morro da Cruz, a presença física é a única relação entre a mídia comercial e as periferias da cidade.

Quando se trata da cobertura de violência policial, todos se calam. Os veículos “tradicionais” da cidade se limitam a uma cobertura preguiçosa, reproduzindo notas oficiais da polícia, ou falas de agentes de segurança pública sobre os casos em que esses mesmos atores são os que cometem as mais graves agressões.

É um jornalismo declaratório e irresponsável, no qual aqueles que ocupam espaços de poder dentro da estrutura da sociedade catarinense recebem ainda mais poder para contar apenas a sua versão dos fatos.

A morte de Nathaniel Alves Mendes, já relatada neste documento, é exemplo desse padrão de comportamento. Ao menos 20 policiais fortemente armados participaram do “patrulhamento de rotina” que levou à sua morte.

O jovem, morto pela polícia, é retratado como agressor em todas as narrativas divulgadas pelos três principais veículos de comunicação de Santa Catarina: [ND/Record](#), [NSC/Globo](#) e [SCC/SBT](#). Apesar de diversas testemunhas afirmarem que o jovem estava desarmado, os três veículos reproduzem a versão da polícia, segundo a qual o jovem teria disparado contra os agentes.

A reprodução de mentiras também não é incomum. No dia seguinte à morte de Nathan, durante entrevista concedida ao [Jornal do Almoço](#), da NSC TV, Diego Marzo Costa, comandante do Batalhão de Choque na época, afirmou que o adolescente havia sido alvejado por dois tiros: um frontal no braço e outro pela lateral do corpo, na região do peito. A informação falsa foi desmentida por reportagem do portal [Cotidiano UFSC](#) – que teve acesso ao laudo pericial da vítima, e revelou que, na verdade, Nathaniel foi atingido por mais dois tiros, ambos pelas costas.

A cobertura da morte de Nathan, assim como dezenas de outros casos, demonstra uma conformidade da mídia comercial diante da violência causada por agentes de Segurança Pública. Mais do que isso – demonstra uma cumplicidade com aqueles que, ano após ano, ceifam vidas de jovens periféricos.

E, enquanto as periferias sangram e as fardas seguem intactas, a mídia comercial persiste na divulgação de títulos que noticiam “tiroteios” e “troca de tiros” nas comunidades da capital. Sob o escudo da política de guerra às drogas, a voz das periferias é sistematicamente silenciada por uma mídia declaratória que não investiga, apenas reproduz.



## ESTADO PRESENTE NA PONTA DO FUZIL

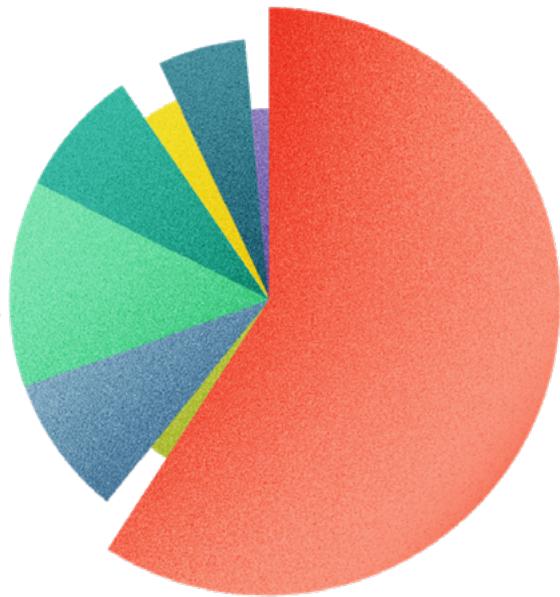
Durante o mês de outubro, o Desterro realizou uma pesquisa com 102 moradores de comunidades periféricas, por meio de mensagens individuais e grupos de WhatsApp. Nossa objetivo foi ouvir dos próprios moradores sobre a realidade em que vivem, a partir de uma pergunta central: como os serviços públicos atendem a sua quebrada?

O que a pesquisa nos mostrou foi que as políticas de Segurança Pública, além de falhas em sua execução, são também, muitas vezes, a única forma de atuação do Estado nas regiões periféricas de Florianópolis. Ações voltadas para promoção de saúde, educação, assistência social e esporte não são vistas como prioridades para esses territórios – ocupados majoritariamente por pessoas negras e de baixa renda.



### EM QUE REGIÃO PERIFÉRICA VOCÊ MORA?

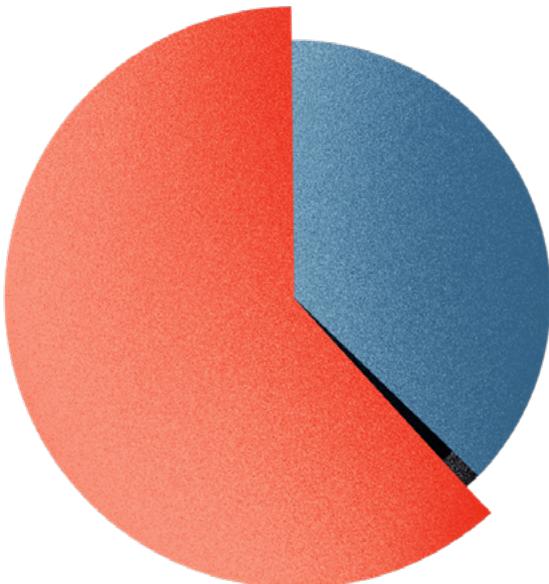
- MACIÇO DO MORRO DA CRUZ E SACO DOS LIMÕES **58,8%**
- PERIFERIAS DO NORTE DA ILHA **8,8%**
- OUTRAS PERIFERIAS DO CONTINENTE **12,7%** **12,7%**
- COMPLEXO MONTE CRISTO **8,8%**
- COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ **2%**



*“Como se divulga o maior orçamento de Segurança Pública da história, e não tem professor nas escolas públicas? Como que se coloca o investimento em policiais nas escolas, e fecha as escolas nas comunidades?”*



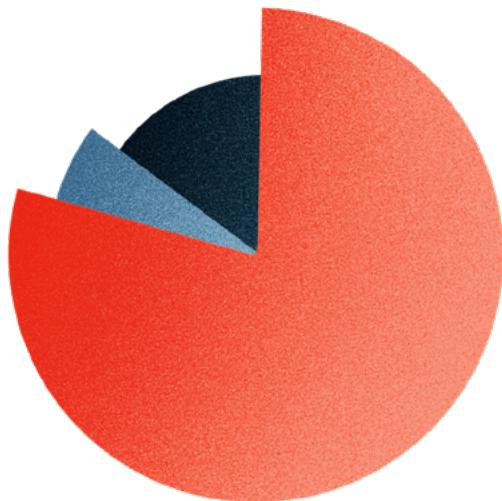
### PERFIL RACIAL DOS ENTREVISTADOS



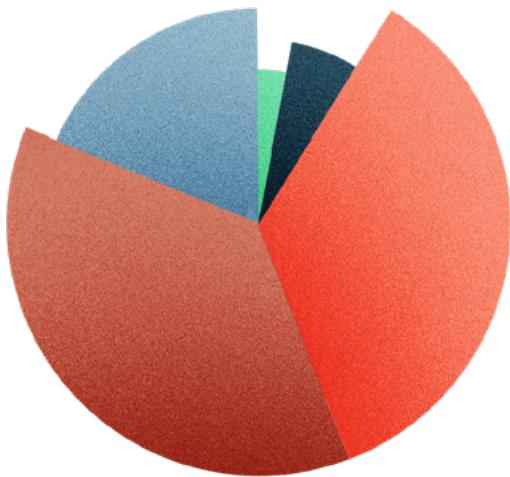
- BRANCOS **37,3%**
- AMARELOS **1%**
- NEGROS **61,8%**

O resultado disso são comunidades que enfrentam, cotidianamente, falta de água, esgoto a céu aberto, quedas de energia elétrica, abandono da coleta de lixo e falta de vagas para atendimento médico. Mais de 55% dos moradores entrevistados pelo Desterro avaliam os serviços públicos em suas comunidades como “Ruim” ou “Muito Ruim”.

## NA SUA COMUNIDADE TEM ESCOLA E/OU CRECHE?



## COMO VOCÊ AVALIA A QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA SUA COMUNIDADE?



EXCELENTE	2,9%
BOA	5,9%
REGULAR	35,3%
RUIM	37,3%
MUITO RUIM	18,6%

Dentre as políticas presentes nos territórios, os moradores apontam a Educação como a que melhor funciona. Os moradores entrevistados apontaram que cerca 80% das comunidades onde vivem possuem escola e/ou creche – o que, na prática, não garante que todas as crianças e jovens tenham suas vagas garantidas.

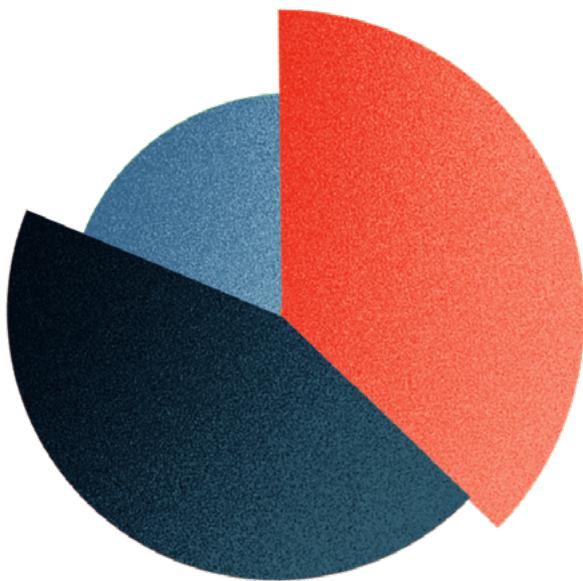
O acesso à saúde também é precário em muitos territórios, que não possuem Unidade Básica de Saúde – o que leva moradores a precisarem se deslocar para os bairros vizinhos, muitas vezes ultrapassando a capacidade de atendimento dos postos.

A maioria das comunidades onde vivem os moradores entrevistados não possui projetos do governo voltados para melhoria do território e da qualidade de vida de sua população. Nos territórios onde esses projetos existem, destacam-se ações focadas em fortalecimento de vínculos, moradia, transporte e reciclagem.



## NA SUA COMUNIDADE ACONTECE ALGUM PROJETO DO GOVERNO?

**SIM 37,3%**  
**NÃO 44,1%**  
**NÃO SEI 18,6%**



A forma como o governo segue atuando nesses territórios representa um desinteresse em construir futuros possíveis para a juventude periférica. Denota, também, um interesse em invisibilizar a presença de pessoas negras e pobres na cidade – divulgando uma versão higienista de Florianópolis e impedindo que reivindicação de direitos por parte dessa população seja considerada um problema público.

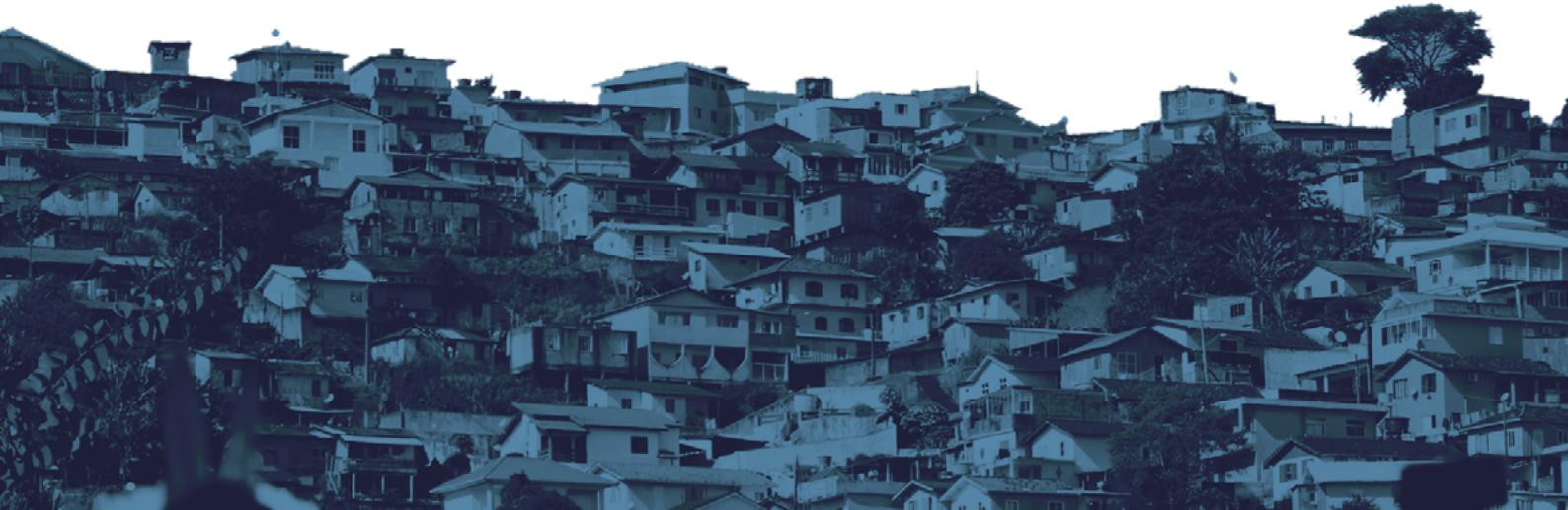
“Nós somos a mão de obra para a engrenagem da cidade andar. Qualquer lugar tu vai encontrar trabalhador da comunidade, na recepção, na limpeza, no motoboy, no taxista. Mas nós ficamos aqui tranca-dos, enclausurados, para não sermos vistos”

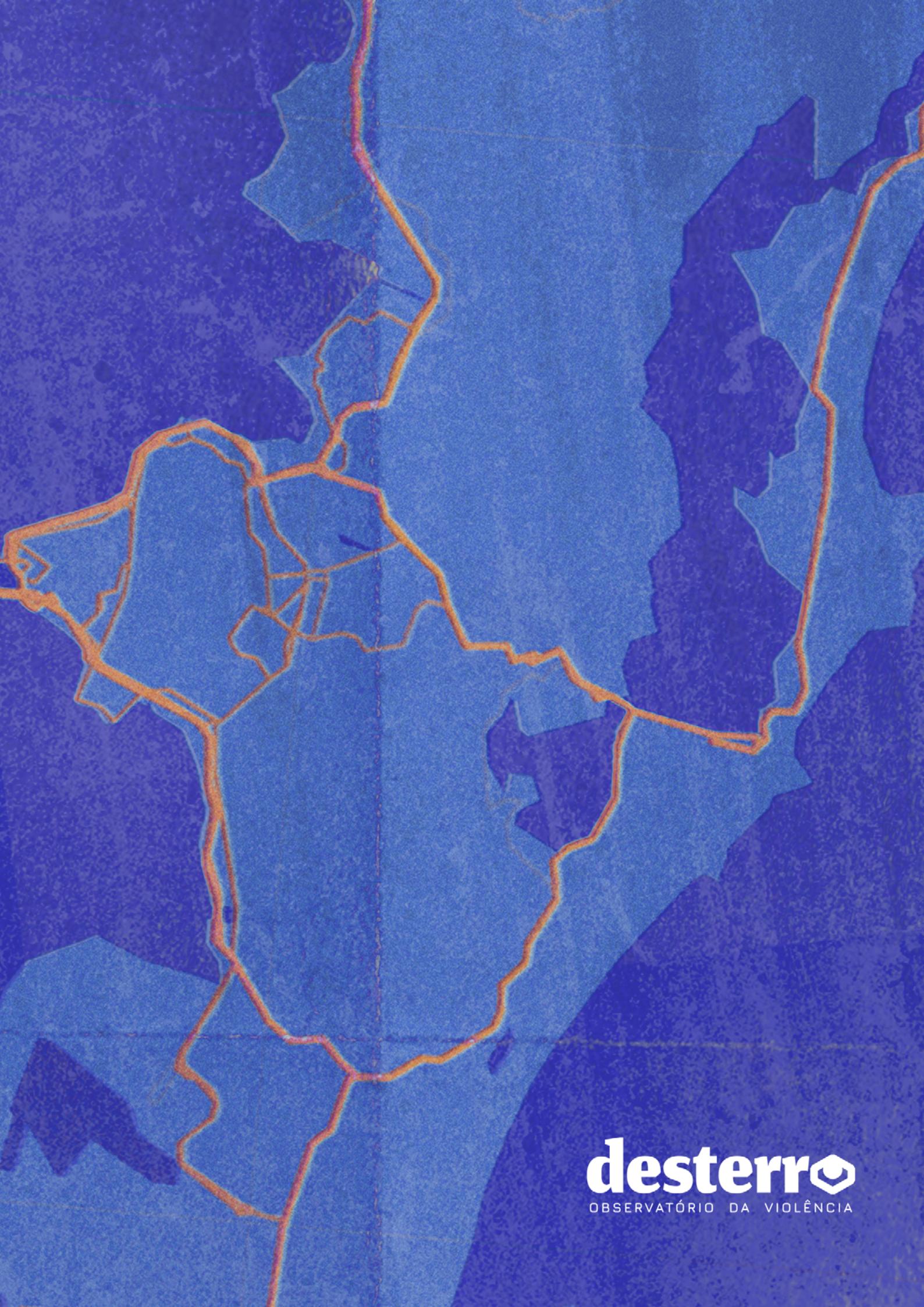
O mesmo Estado que abandona o jovem, ao não fornecer educação de qualidade e oportunidade de emprego digno, depois o criminaliza – e, muitas vezes, o executa – por adentrar o comércio ilegal de drogas.

*“Todo jovem assassinado é um sonho abreviado. É um sonho que não conseguiu se desenvolver, que se foi antes do tempo, trucidado por esse sistema. Não posso descartá-lo como número, como uma cifra de jornal. Há uma memória, uma família, uma história. Sonhos, vidas e sentimentos.”*

O que buscamos com este relatório é promover uma reflexão sobre a real qualidade de vida em Florianópolis – especialmente em suas áreas marginalizadas por um poder público que destina aos morros apenas balas e fuzis.

Segurança pública não deveria ser a base para construção de nenhuma cidade – estar seguro é ter acesso a seus direitos básicos, como saúde, educação integral, saneamento básico, lazer e mobilidade urbana.





**desterro**  
OBSERVATÓRIO DA VIOLENCIA